

## 2

### Pressupostos teóricos

#### 2.1

##### Introdução: Antropologia Social como base teórica

Os conceitos utilizados nesse trabalho baseiam-se nos estudos da Antropologia Social, ramo da Antropologia que se destaca da Antropologia Biológica e da Arqueologia por dedicar-se ao estudo do homem enquanto produto social, dotado de cultura e com participação ativa na determinação da própria história (DaMatta, 1987:27-35).

Consideramos relevante a utilização de uma bibliografia oriunda da Antropologia Social (ou Cultural), pois esse ramo interage diretamente com a Lingüística, uma vez que é através da linguagem que se torna possível observar costumes e comportamentos sociais de determinado grupo, não somente através de dados provenientes de interações face-a-face, mas também através do estudo do material cultural produzido por uma dada sociedade através de sua literatura, música, arte, etc (ibid:35).

Mas como podemos definir cultura?

A primeira definição de cultura a ser elaborada, segundo Edward Taylor (apud Laraia, 2005: 25) traz o seguinte enunciado:

“(...) Tomado em seu amplo sentido etnográfico é esse todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Laraia, 2005:25).

Ou seja, cultura é “todo o comportamento aprendido” (ibid.:28), uma vez que os valores culturais de um dado grupo são adquiridos através do contato social e da história desse

grupo. O homem age, portanto, de acordo com seus valores culturais, ou padrões de comportamento, transmitidos e perpetuados de geração em geração (ibid: 48-49, 59).

Também é importante salientar, segundo Laraia, que “a cultura é a lente através da qual o homem vê o mundo”, logo, como cada grupo tem sua cultura, o modo como cada grupo enxerga a realidade é único, fato que favorece o surgimento do sentimento de etnocentrismo, ou seja, a idéia que um dado grupo seja melhor ou mais correto que outros (ibid:72-74).

A aplicabilidade de tais conceitos referentes tanto à cultura quanto ao etnocentrismo são pertinentes aos estudos de língua, em especial na sala de aula de PL2-E, uma vez que as turmas são, geralmente, compostas por alunos de várias nacionalidades, logo, de culturas variadas, cada qual trazendo um novo olhar sobre o mundo (Grannier, 2001:1).

Ainda no que tange à definição de cultura, podemos destacar a distinção entre cultura objetiva e cultura subjetiva, conforme abordado nos estudos relativos à comunicação intercultural (Bennet, 1998; Hall, 1998; Meyer, 2004). Segundo Bennet (apud Meyer, 2004: 80,81):

“(…) A cultura objetiva consiste das manifestações visíveis de uma dada sociedade – arte, literatura, música, ciência, religião, política, língua, (...) a cultura subjetiva pode ser encontrada nas suas manifestações invisíveis – valores, moralidade, crenças, comportamento, o uso da língua, ou seja, os componentes abstratos dessa sociedade” (Meyer, 2004:80,81).

Ainda, segundo Hall, “a cultura esconde mais do que ela revela”<sup>1</sup> (apud Meyer, 2004:81). Portanto, o ensino de uma língua e, conseqüentemente, de uma outra cultura, sempre traz consigo a dificuldade que o aprendiz tem em assimilar os novos padrões culturais, frutos da cultura subjetiva, tais como gestos ou posturas corporais, por exemplo.

---

<sup>1</sup> “*Culture hides much more than it reveals*” (Meyer, 2004:81).

Assim sendo, muito embora o objetivo desse trabalho não seja uma pesquisa antropológica, o arcabouço teórico utilizado nesse trabalho baseia-se nos trabalhos de Roberto da DaMatta, influente antropólogo social brasileiro, pois acreditamos que uma análise dos padrões interacionais (comportamentais, logo, sociais) encontrados na sociedade brasileira possa servir para explicitar a maneira através da qual se dá a manifestação dos aspectos da cultura subjetiva.

A abordagem adotada por DaMatta utiliza-se da análise de elementos e ritos da cultura popular, conforme podemos observar em obras tais como *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (1997); *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* (1997) e *O que faz o Brasil, Brasil?* (1984) nas quais o autor procura definir uma antropologia de um Brasil *não oficial*, através da análise lingüística e sócio-cultural de aspectos interacionais encontrados nas relações de ambigüidade existentes na sociedade brasileira. Entre os conceitos presentes na obra de DaMatta de interesse para esse trabalho podemos destacar: a “malandragem”, o “jeitinho”, o “sabe com quem está falando” e a “casa” e a “rua”.

### 2.1.1

#### **“Malandragem” e “jeitinho” na sociedade brasileira**

Em sua obra, DaMatta reflete sobre a existência do malandro, considerado o herói ou o anti-herói em nossa sociedade. O malandro é aquele que usa o “jeitinho” para burlar as leis duras e inflexíveis de um Estado tão desigual, apelando, sempre que possível, para a famosa Lei de Gerson: “tenho que levar vantagem em tudo”. A “malandragem” e o “jeitinho” são dois modos distintos de navegação social encontrados no caso brasileiro. Assim o “jeitinho”:

“ (...) é um modo e um estilo de realizar (...) de relacionar o impessoal com o pessoal” (DaMatta, 1984:99).

Uma maneira de relacionar, de encontrar um meio termo entre o “pode” e o “não pode”, funcionando como um sistema intrincado de oferecimento e recebimento de favores<sup>2</sup> (Oliveira, 2001:64).

Por sua vez, a malandragem é um artifício usado por quem procura uma vida de “sombra e água fresca” (DaMatta, 1997:265). Vivendo de pequenos delitos e da contravenção, o “malandro” caminha numa linha tênue que separa a “esperteza” do “crime” propriamente dito:

“O campo do malandro vai, numa gradação, da malandragem socialmente aprovada e vista entre nós como esperteza e vivacidade, ao ponto mais pesado do gesto francamente desonesto” (DaMatta, 1997:269).

Ainda, segundo DaMatta, o malandro seria o “profissional do ‘jeitinho’” e da arte de sobreviver nas situações mais difíceis” (DaMatta, 1984:102). Em termos mais populares, a existência do “malandro” implica a existência de um “otário” ou “vítima”, desavisado e crédulo, sempre pronto a cair nas suas artimanhas.

Dentro dessa lógica do “jeitinho” e da “malandragem”, encontramos, ainda, segundo DaMatta, o antipático “sabe com está falando?”, existindo como uma tentativa de equacionar a lei dura e inflexível com as relações afetivas de amizade e compadrio (DaMatta, 1993:139). Na realidade,

“ ‘Jeitinho’ e ‘você sabe com quem está falando?’ são, pois, os dois pólos de uma mesma situação. Um é um modo harmonioso de resolver a disputa; o outro é um modo conflituoso e um tanto direto de realizar a mesma coisa” (DaMatta, 1984:101).

---

<sup>2</sup> “*Jeito is an intricate system of giving and receiving favors in order to accomplish a task*” (Oliveira, 2001:64)

Todos esses modos de navegação social citados; o “jeitinho”, a “malandragem” e o “sabe com quem está falando?” são representações de uma sociedade que pode ser definida por uma palavra: relação (DaMatta, 1997: 100; 1987:75). As redes de amizade que se estabelecem são mais importantes do que ter uma conta bancária, como reza um velho dito popular: “mais vale um amigo na praça do que dinheiro no bolso”. A experiência social plena, no caso brasileiro, só pode ser vivenciada através dessas relações de amizade que abrem portas e sorrisos. O que nos leva a outro dito sábio: “aos amigos tudo, aos inimigos a lei” (DaMatta, 1993:142).

E é exatamente essa a dinâmica das interações na sociedade brasileira, uma vez que as relações duras e inflexíveis existentes na “rua” são, sempre que possível, mitigadas pelas relações de amizade estabelecidas através do “jeitinho”, do “sabe com quem está falando” e da “malandragem”, utilizadas como uma tentativa de transpor as relações da “casa” para a “rua”, estabelecendo, assim, espaços intermediários e limítrofes na sociedade brasileira.

### 2.1.2

#### **A Casa e a Rua**

Os conceitos de “casa” e “rua”, delineados por DaMatta em suas obras *O que faz o Brasil, Brasil* (DaMatta, 1984) e *A Casa e A Rua* (DaMatta, 1997), constituem conceitos de interesse especial para nossa pesquisa.

Segundo o autor, todas as sociedades modernas podem ser divididas em dois espaços: a casa e a rua, espaços opostos, porém complementares, definidores da vida social. Não se trata de espaços geográficos, mas antes, de instituições que servem para organizar o modo como enxergamos e interagimos com o mundo (DaMatta, 1987:54; 1984:23).

“Há uma divisão clara entre dois espaços sociais fundamentais que dividem a vida social brasileira: o mundo da casa e o mundo da rua” (DaMatta, 1984:23).

A casa é definida por DaMatta como ninho, santuário, lugar aconchegante, residência, abrigo, ambiente familiar, caracterizada por laços de carne e sangue; lugar onde somos alguém, temos voz e identidade, portanto, local onde nos sentimos seguros. Simbolicamente, a casa, e suas relações, são caracterizadas pelas relações familiares, de compadrio e de amizade:

“Todos os que habitam uma casa brasileira se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia que permitem fazer da casa uma metáfora da própria sociedade brasileira” (DaMatta, 1987:53).

A rua funciona como o outro lado da moeda, pois quando estamos fora do aconchego da casa, vivemos as relações caracterizadas pelo movimento, pela luta para conseguir o “pão nosso de cada dia” através do trabalho que também é chamado de batente, simbolizando um obstáculo que precisa ser superado (DaMatta,1984:31). Na rua também não há companheirismo ou amor, não temos direitos, somos “povo” e “massa”; no anonimato não somos ninguém e temos que encarar a lei “dura” e inflexível:

“Como um rio, a rua se move sempre num fluxo de pessoas indiferenciadas e desconhecidas que nós chamamos de ‘povo’ e ‘massa’  
“(ibid:29).

Até mesmo algumas expressões da nossa língua apontam para essa relação de oposição entre a casa e a rua. Expressões do tipo “vá para o olho da rua!”, “ficar na rua da amargura”, “ser posto para fora de casa”, “estar em casa/ sentir-se em casa” e “de portas abertas” não deixam dúvida de que a casa é o local no qual nos sentimos seguros e que não queremos perder essa condição (DaMatta, 1987:53), pois é no aconchego da casa brasileira que somos “alguém”, condição somente possível através das relações que se estabelecem entre familiares e amigos. Diferentemente, na rua não somos “ninguém”, não existem relações, somos seres individuais e isolados, não podemos ser definidos socialmente através das relações existentes na casa (ibid: 58-59). Tal receio de perder as relações que são

estabelecidas na casa brasileira pode ser explicado através do caráter coletivista da cultura brasileira, em oposição a culturas mais individualistas que prezam os interesses do indivíduo em primeiro lugar, o coletivo ficando em segundo plano (Oliveira, 2001:2,3).

### 2.1.3

#### **Quando a Casa encontra a Rua: uma proposta de delimitação dos espaços limítrofes na sociedade brasileira**

De interesse especial para esse trabalho é o ponto onde a “casa se mistura com a rua” (DaMatta, 1984:33), ou seja, a delimitação, na sociedade brasileira, de espaços limítrofes - nem situados na casa, nem na rua, mas sim, espaços ambíguos.

DaMatta faz uma analogia, que serve como ponto de partida para a análise aqui empreendida desses espaços limítrofes, quando diz:

“Assim como a rua tem seus espaços de moradia e/ou ocupação, a casa também tem seus espaços ‘arruados’” (DaMatta, 1987:56).

A seguir, o autor passa a enumerar os tais espaços que fazem a “ligação” entre a casa e a rua, ou conforme definição de DaMatta, “espaços marginais da casa”: janelas, varandas, salas de visitas, cozinhas, entradas de serviço, dependências de empregadas e quintais, locais que propiciam uma conexão física entre os espaços mais íntimos, caracterizados pela casa e sua familiaridade e a rua e suas relações de distanciamento (DaMatta, 1984:28).

A proposta deste trabalho é, então, como mostrado no capítulo introdutório, a tentativa de esclarecer em que momentos o brasileiro abre mão de um espaço em prol do outro, ou seja, quando transfere as relações de mais familiaridade e afetividade para espaços que são (ou deveriam ser) caracterizados por relações de impessoalidade e de distanciamento. Para tanto, passamos a analisar interações típicas de ambientes de trabalho, como representado no seriado *Os Aspones*, que compõe o *corpus* selecionado para esse trabalho, logo, pertencentes aos domínios da rua. Coloca-se, neste contexto, os questionamentos: em que

momentos dessas interações os atores envolvidos estão comportando-se como se estivessem no mundo da casa, quando deveriam estar agindo de acordo com o *script* da rua? Como, nesse tipo específico de interação, dá-se esse deslocamento de enfoque? Existe alguma razão para que isso ocorra?

## 2.2

### Conceitos de cultura

O ponto primordial dessa pesquisa é tentar determinar como essa “ligação” entre os dois espaços é feita na nossa cultura, tanto lingüística, quanto culturalmente. Para tanto, utilizamos os conceitos de (1)diretividade, (2)harmonia, (3)intimidade, (4)proximidade e (5)informalidade, propostos por Anna Wierzbicka em sua obra *Cross-cultural pragmatics and different cultural values* (Wierzbicka, 1991), na qual a autora discorre sobre alguns dos principais rótulos relacionados aos estudos interculturais.

Em sua obra, Wierzbicka passa a analisar alguns dos principais conceitos englobados pelos estudos sócio-pragmáticos, entre eles os supracitados. Segundo a autora, os estudos feitos nesse campo costumam apelar para um “universalismo” que, na verdade, não existe, pois o “padrão” e a língua utilizados como base para tais pressupostos é o que a autora chama de inglês branco padrão<sup>3</sup> (ibid: 67-72).

Wierzbicka propõe, então, que conceitos pré-estabelecidos por outros estudiosos sejam abandonados e que motivações, mais ou menos universais, como “querer, falar, saber, pensar, bom e ruim”<sup>4</sup> sejam levadas em consideração na análise de aspectos culturais (ibid:72). Passamos, a seguir, a uma breve explanação dos conceitos propostos por Wierzbicka acompanhada de uma proposta de aplicação desses conceitos aplicados à realidade cultural brasileira.

---

<sup>3</sup> “*Mainstream white American English*” (Wierzbicka, 1991: 67-72).

<sup>4</sup> “*Want, say, know, think, good and bad*” (Wierzbicka, 1991:72).



## 2.2.1

### Diretividade

Primeiramente, abordamos a noção de diretividade. Como já mencionado em outros estudos, o brasileiro encontra grande dificuldade em ser direto e objetivo em suas interações (Goslin, 1998; Krane, 2001; Meyer, 2001; Oliveira, 2001). Quando interagindo com interlocutores com os quais tenha pouca intimidade (em relações próprias da “rua”), o padrão escolhido socialmente parece ser uma forma de indiretividade, isto é, de *não-negação*, *não-imposição*, como uma tentativa de não invadir o espaço do outro, evitando forçá-lo a fazer algo que vá de encontro à sua vontade expressa (Brown & Levinson, 1987:129-142).

É bastante difundida a literatura na área de sócio-pragmática que trata desse conceito de indiretividade nos atos de fala. À teoria proposta por Searle, de atos de fala (Searle, 1984), soma-se ainda uma outra obra que pode ser citada nesse aspecto: *Politeness*, de autoria de Brown & Levinson (1987), que trata das estratégias de polidez, além das estratégias de indiretividade.

Brown & Levinson exploram, em sua obra, um conceito que foi amplamente discutido dentro do campo de estudos da Análise da Conversação, a “organização da preferência”<sup>5</sup> (Brown & Levinson, 1987:38; Duranti, 1997:14-16; Marcuschi, 2000: 49-52). Para os analistas da conversação, todas as interações face-a-face apresentam linhas de ações preferidas enquanto outras são despreferidas, conforme demonstrado por Duranti (Duranti, 1997:14-16):

“O conceito de ‘preferência’ se desenvolveu na pesquisa em Análise da Conversa para caracterizar eventos conversacionais nos quais linhas de ação alternativas, mas não equivalentes, estão disponíveis para os participantes (...) O termo ‘preferência’ se refere à gama de fenômenos associados ao fato de que escolhas entre linhas de ação não-equivalentes

---

<sup>5</sup> “*Preference organization*” (Brown & Levinson, 1987:38).

são rotineiramente implementadas de maneiras tais que refletem uma ordem institucionalizada de alternativas. Apesar de suas conotações, o termo *não* pretende fazer referências a desejos ou disposições pessoais, subjetivas ou ‘psicológicas’ “ (Duranti, 1997:14-16).

Ainda segundo Brown & Levinson (Brown & Levinson, 1987:38):

“Um tipo de resposta, conhecida como *preferida*, é direta, muitas vezes abreviada, de estrutura simples e tipicamente imediata; em contraste, outros tipos, conhecidos como *despreferidos*, são tipicamente indiretos, estruturalmente elaborados e demorados”<sup>6</sup> (Albuquerque, 2003:22; Brown & Levinson, 1987:38).

Ou seja, as preferências são determinadas culturalmente e não individualmente. Um exemplo, citado por Duranti, é a notória pergunta ao acusado de um crime perante o tribunal, a resposta preferida é ‘inocente’ (*not guilty*, em inglês) e não culpado, independente de qual seja a verdade dos fatos, provando que a “preferência ou despreferência de ações é social e culturalmente determinada” (Marcuschi, 2000: 50).

Um exemplo retirado da indiretividade presente na cultura brasileira pode ser ilustrado no seguinte dito popular:

“Se um carioca diz sim, ele quer dizer talvez;  
Se ele diz talvez, ele quer dizer não;  
Se ele disser não, ele não é carioca” (Meyer, 2001:1).

No contexto sócio-cultural brasileiro é muito difícil discordar frontalmente do interlocutor, utilizando-se formas despreferidas, ou marcadas, conforme terminologia de Marcuschi

---

<sup>6</sup> “One kind of response, termed the preferred, is direct, often abbreviated and structurally simple, and typically immediate; in contrast, other kinds, termed dispreferred are typically indirect, structurally elaborated, and delayed” (Brown & Levinson, 1987:38).

(2000: 50), antes, opta-se por atos de fala indiretos ou formas mitigadas para negações e recusas em geral (Meyer, 2001: 8).

Segundo Levinson (apud Marcuschi, 2000: 52), adiamentos, prefácios, marcadores conversacionais, hesitações, ponderações, atrasos entre turnos e componentes de declinação são utilizados quando o locutor não tem outra escolha, senão usar a forma despreferida.

Se comparada a outras culturas, como a norte-americana, por exemplo, a cultura brasileira pode ser considerada uma cultura de indiretividade, o que pode ser ilustrado pela célebre frase: “não sou nem contra nem a favor; muito pelo contrário”. Exemplos típicos da indiretividade do brasileiro incluem expressões do tipo: (1) “você poderia me passar o sal?”, que na verdade não é uma pergunta sobre a possibilidade do interlocutor passar o saleiro para o locutor, antes um pedido; (2) “está quente aqui, né?”, ou um pedido para que o interlocutor abra a janela e (3) “você sabe que horas são?” enunciado que não pretende descobrir se o interlocutor sabe ver as horas, obviamente; entre outros (Krane, 2001).

Ainda falando de polidez e indiretividade, não podemos deixar de citar a cordialidade, traço característico do brasileiro, uma espécie de ‘polidez à brasileira’ (Holanda, 1995:146-151):

“A contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam (...) Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (Holanda, 1995:146-151).

Na verdade, como afirma Holanda, a cordialidade é “o contrário da polidez” (ibid: 147), pois não se baseia nas regras do comportamento polido, mas antes, torna as relações mais pessoais e informais, trazendo as relações típicas da casa para a rua (Meyer, 2001:5).

Não estamos querendo dizer com isso que o brasileiro é mais “bonzinho” ou mais cordato que outros povos, mas sim que o padrão de polidez adotado na nossa cultura é apenas uma maneira mais espontânea de comportar-se (Souza, 2002:23). Ao invés de seguirmos regras ou padrões sociais para demonstrar polidez aos nossos interlocutores, optamos por um comportamento social que se baseia na afetividade, própria dos domínios da casa de DaMatta (Meyer, 2001:5-6).

### 2.2.2

#### Harmonia

Outro aspecto importante para esse estudo é a preocupação do brasileiro em evitar o confronto em interações, especialmente com pessoas com as quais se desfruta de pouca ou nenhuma intimidade, numa tentativa de manter a harmonia conversacional (Wierzbicka, 1991:92), o que nos leva ao segundo aspecto cultural abordado pela autora e de interesse especial para o nosso trabalho.

Conforme citado por Wierzbicka (ibid:92), os falantes do inglês encontram grande dificuldade em fazer negações de forma direta; o mesmo acontece entre nós, brasileiros, possivelmente em grau mais elevado. Tal comportamento pode ser explicado pela constatação de que uma negação direta poderia afetar a harmonia, gerando conflito. Um simples *não* é, portanto, geralmente evitado, gerando a necessidade de toda uma elaboração na tentativa de não ferir a face do nosso interlocutor, comportamento que é chamado de noção de preferência na área de Análise da Conversação (Duranti, 1997; Marcuschi, 2000). A preferência é um comportamento social e não uma demonstração de disposições pessoais subjetivas ou psicológicas (Duranti, 1997:14-16). Portanto, no contexto sócio-cultural brasileiro é grande a dificuldade em dizer *não*, devido ao fato da negação ser a forma “despreferida”, antes, são empregados atos de fala indiretos ou formas mitigadas para negações e recusas de convites (Marcuschi, 2000:50; Meyer, 2001:8).

Também, por esse motivo, demonstrações excessivas de sinceridade e discordância também tendem a ser evitadas em interações, pois podem acabar com a harmonia conversacional, algo que os falantes do português do Brasil querem preservar em suas interações.

### 2.2.3

#### Proximidade e intimidade

O tópico harmonia leva diretamente aos conceitos de proximidade e intimidade, pois, segundo a autora, em relações mais íntimas, de maior proximidade, entre o locutor e o seu interlocutor, a tendência é que o brasileiro seja mais sincero em suas elocuições, ou seja, pode-se falar tudo o que se pensa ou se sente, sem a necessidade de dissimulações, mentiras sociais<sup>7</sup>, ou fórmulas que sirvam como recursos para soar socialmente agradáveis, o que pode vir a gerar o confronto, pondo um fim na harmonia conversacional (Wierzbicka, 1991:99,113-115).

Muito embora sejam sentimentos muito próximos, pois “intimidade implica proximidade”<sup>8</sup> (ibid:108), proximidade e intimidade não são a mesma coisa. Além disso, a intimidade está relacionada a bons sentimentos<sup>9</sup>, em relação ao outro (ibid:105):

“Intimidade refere-se à prontidão para revelar a algumas pessoas em particular alguns aspectos da personalidade de alguém e o mundo interior que esse alguém oculta das outras pessoas; uma prontidão baseada na confiança pessoal e em “bons sentimentos” pessoais”. (Wierzbicka, 1991:105).<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> “White lies”

<sup>8</sup> “Intimacy implies closeness” (Wierzbicka, 1991:108).

<sup>9</sup> “Good feelings” (Wierzbicka, 1991:105).

<sup>10</sup> “Intimacy refers to a readiness to reveal to some particular persons some aspects of one’s personality and of one’s inner world that one conceals from other people; a readiness based on a personal trust and on personal ‘good feelings’ “ (Wierzbicka, 1991:105).

Ainda, segundo a autora, a manifestação de intimidade está relacionada ao uso de toques na interação, como clara demonstração de afeto. Porém, muito embora os toques possam existir em abundância, como no caso das interações entre brasileiros, não são evidências muito contundentes de intimidade (ibid:106), uma vez que o beijo, o abraço e o “tapinha nas costas” são usados em nossas interações constantemente, de maneira indiscriminada (Goslim, 1998: 32-34).

O sentimento de proximidade está relacionado ao conhecimento que temos do nosso interlocutor e dos bons sentimentos que nutrimos pelo mesmo (Wierzbicka, 1991:109). Segundo Wierzbicka, proximidade está relacionada à empatia que demonstramos, pois em relações nas quais os interactantes usufruam de tal nível de proximidade é provável que ambos tenham conhecimento o suficiente dos sentimentos do outro a ponto de não ser preciso dar muitas pistas de como cada um se sente para ser compreendido. Tal nível de conhecimento dos sentimentos do outro pode ser perigoso, pois pode gerar conflito, abalando a harmonia conversacional (ibid:109).

#### 2.2.4

##### **Informalidade**

Temos, ainda, o conceito de informalidade, o qual, segundo Wierzbicka, “é freqüentemente confundido com intimidade e proximidade”<sup>11</sup> (ibid:111).

Como exemplo, a autora cita a saudação de uma recepcionista do cartão de crédito *American Express*, que se apresenta utilizando apenas o primeiro nome, ou seja, uma saudação pouco comum no inglês. Tal exemplo é bastante pertinente para o nosso trabalho, pois representa um comportamento bastante usual na cultura brasileira. O brasileiro costuma ter um comportamento lingüístico mais informal tanto em relações nas quais exista simetria de poder, ou seja, entre iguais, onde todos os interlocutores têm igual direito à

---

<sup>11</sup> “*Informality is (...) frequently confused with intimacy or closeness*” (Wierzbicka, 1991:111).

palavra, quanto nas mais assimétricas, hierarquizadas, ou relações nas quais um falante detém o privilégio da palavra e da escolha de turnos (Hutchby & Woofit, 1998:164-171).

Segundo a autora, em situações de maior informalidade os sujeitos estão engajados num tipo de interação que dispensa demonstrações excessivas de respeito e formalidade, nas quais os interactantes optam por construções que favoreçam a familiaridade, a amizade e a igualdade (Wierzbicka, 1991:111). Um exemplo muito comum no caso brasileiro e que comprova tal teoria pode ser observado no uso extensivo de formas de tratamento que apelam para uma maior informalidade em detrimento das formas consagradas mais formais. Ou seja, a pessoa de mais idade se torna “tio(a)” ou “vovô(ó)”; o simples vizinho ou colega de trabalho se transforma em “amigo”, “*brother*”, “camaradinha”, etc.

Na verdade, a autora conclui que o rótulo *informalidade* está diretamente associado ao sentimento de igualdade, enquanto a formalidade é típica de relações hierarquizadas (ibid:113). O que, na verdade, está em desacordo com um dos traços da sociedade brasileira, a qual é relacional e fortemente hierarquizada (DaMatta, 1987:76,77).

O que vemos na realidade brasileira é uma tendência ao desaparecimento de relações com tratos mais formais, mesmo em ambientes onde ela deveria ser o padrão adotado, e à afirmação da informalidade como marca característica da maioria das relações, quer sejam dos domínios da casa, quer sejam dos domínios da rua; assim, apesar das profundas desigualdades sociais e do sistema hierarquizado, existente no Brasil, a lógica do sistema de relações sociais permite e estimula a existência de tal nível de informalidade, quer seja entre superiores e inferiores (ibid:75), quer seja entre desconhecidos (Meyer, 1999:45).

### 2.3

#### **Afetividade como valor cultural**

Ainda outro aspecto cultural abordado por Wierzbicka, dessa feita na obra *Emotion across languages and cultures* (Wierzbicka,1999), e de importante colaboração nesse trabalho é o conceito de emoção/ afetividade.

No capítulo intitulado *Defining emotion concepts: “discovering cognitive scenarios”* (ibid:49-122) a autora passa a descrever alguns dos principais tipos de emoções existentes na língua inglesa, divididas em seis diferentes grupos<sup>12</sup>: (1) expressões de bons sentimentos; (2) expressões de sentimentos ruins; (3) expressões de incerteza, medo; (4) expressões de desapontamento; (5) expressões voltadas para o outro e (6) expressões voltadas para o “eu”.

Na verdade, conforme já definido anteriormente pela autora (Wierzbicka, 1991:121):

“Diferentes culturas tomam diferentes atitudes em relação à emoção e essas diferentes atitudes influenciam, em um certo grau, a maneira como as pessoas falam”<sup>13</sup> (Wierzbicka, 1991:121).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos dizer que o brasileiro tem uma maneira característica de expressar-se emotivamente; na verdade, as manifestações de emotividade estão presentes na nossa língua de diversas maneiras; entre elas podemos citar o uso de diminutivos, conforme colocado por Holanda em “o homem cordial”:

“A terminação ‘inho’, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração” (Holanda, 1995: 148).

Veríssimo, em suas “comédias da vida privada” (Veríssimo, 1994), também trata do uso de diminutivos. Para o autor, “o diminutivo é uma maneira ao mesmo tempo afetuosa e precavida de usar a linguagem”.

<sup>12</sup> “(1) something good happened; (2) something bad happened; (3) bad things can happen; (4) I don’t want things like this to happen; (5) thinking about other people; (6) thinking about ourselves” (Wierzbicka, 1999: 49).

<sup>13</sup> “Different cultures take different attitudes to emotions and these different attitudes to emotions influence, to a certain degree, the ways people speak” (Wierzbicka, 1991:121).



Holanda cita ainda uma outra forma de o brasileiro demonstrar afetividade: através das formas de tratamento. Segundo o autor, o tratamento pelo nome de batismo e não pelo nome de família, como normalmente ocorre na língua inglesa, serve como uma maneira de aproximar as pessoas; arriscamos até dizer que esse modo de tratamento, mais informal, é uma maneira de levar para a rua os modos da casa, numa tentativa de tornar as relações duras da rua, conforme já mencionado, em relações mais frouxas, pessoais (ibid: 148; DaMattta, 1987:29; Oliveira, 1983:34-35).

No âmbito comportamental, o brasileiro expressa suas emoções através do amplo uso de linguagem corporal<sup>14</sup>: gesticulação, toques, pouca distância corporal entre interactantes (se comparado a outras culturas), fala em voz alta, choro e riso, abraços e beijos, sensualidade, espontaneidade, etc (Harrison, 1983:20-32; Goslin, 1998:32-34; Oliveira, 2001: 36-43).

## 2.4

### Registro

Tal traço de informalidade nas relações pode ser observado na utilização de um registro mais informal nas interações cotidianas. Tratando dos níveis de formalismo da modalidade falada da língua, Bowen propõe cinco níveis: oratório, deliberativo (formal), coloquial, casual (coloquial distenso) e íntimo (familiar) (apud Travaglia, 1998 :54-56).

Tomando essa divisão como ponto de partida, podemos perceber que os níveis oratório, deliberativo e coloquial estão situados nas relações pertencentes à rua, uma vez que são característicos de interações relacionadas a ambientes de trabalho ou com alguma especificidade, num *continuum* que parte de um nível de maior elaboração (oratório) até um nível mais frouxo (coloquial). Pode-se, também, afirmar que é flagrante a inclusão do nível íntimo nas relações da casa, mas o que dizer do casual? Parece-nos que tal nível de

---

<sup>14</sup> “*Body language*” (Goslin, 1998:32).

formalismo encontra-se num *limite* entre a casa, das conversações descontraídas entre amigos e a rua, das conversações entre colegas de trabalho.

Além dos graus de formalismo, outra dimensão a ser considerada no que tange ao uso dos recursos da língua é a dimensão de registro que Travaglia chama de sintonia (ibid:56,57). Tal dimensão refere-se à consideração que o falante demonstra em relação ao ouvinte e pode ser classificada em quatro níveis: a tecnicidade, a norma, o status e a cortesia.

A tecnicidade relaciona-se à especificidade técnico-científica do assunto abordado e ao conhecimento do assunto abordado por parte da platéia envolvida.

Já a dimensão denominada norma pode ser definida como a seleção que fazemos da linguagem empregada de acordo com o nosso interlocutor, ou seja, a linguagem que julgamos mais apropriada para um certo tipo de interação, podendo variar de um registro mais formal até um menos formal.

Finalmente temos os níveis chamados de *status* e cortesia, que estão diretamente relacionados à deferência que o falante demonstra pelo seu ouvinte em diferentes tipos de interações. Um bom exemplo dessa cortesia ou deferência é o modo como nos dirigimos aos nossos interlocutores em diferentes contextos, uma vez que, por exemplo, não nos dirigimos ao nosso chefe da mesma maneira que o fazemos com o nosso filho. Nesse sentido, demonstramos diferentes tipos de cortesia para com o nosso interlocutor, dependendo das posições sociais relativas (Travaglia, 1998:56,57).

Segundo Goffman, deferência pode ser definida como:

“A deferência é o componente de atividade que funciona como um meio simbólico pelo qual a apreciação é regularmente transmitida para um

recipiente desse recipiente, ou de alguma coisa da qual esse recipiente é tomado como um símbolo, extensão ou agente”<sup>15</sup> (Goffman, 1956: 56).

O tipo de interação e o respeito que demonstramos pelo nosso interlocutor são determinantes do nosso comportamento lingüístico, nesse caso específico, qual o grau de formalismo a ser empregado.

## 2.5

### Resumindo a estória

Assim sendo, na busca da delimitação dos espaços limítrofes na sociedade brasileira, situados entre a casa e a rua de DaMatta, utilizamos os conceitos derivados dos estudos sócio-pragmáticos de Wierzbicka, já mencionados, muito embora esse trabalho não vise a um estudo comparativo entre culturas, como na obra da autora. Antes, nosso objetivo é tentar lançar luz sobre algumas peculiaridades do comportamento sócio-lingüístico do brasileiro no que se refere à informalidade em tratos que por excelência deveriam ser caracterizados pela formalidade, ou seja, quando a casa encontra a rua.

Através desse arcabouço teórico que reúne conceitos tanto da abordagem sócio-interacional quanto da abordagem do interculturalismo buscamos explicitar quais são esses espaços ambíguos da nossa brasilidade e como isso pode ajudar o aluno de PL2-E no processo de aprendizagem e aquisição da língua e da cultura brasileiras.

---

<sup>15</sup> “*Deference is that component of activity which functions as a symbolic means by which appreciation is regularly conveyed to a recipient of this recipient, or of something of which this recipient is taken as a symbol, extension, or agent*” (Goffman, 1956: 56).